

## **COMO CONCEDER EM PORTUGUÊS? – AS ESTRATÉGIAS CONCESSIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Thamara Santos de CASTRO<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Saber argumentar e persuadir são aspectos fundamentais à interação. Inúmeros são os gêneros textuais que têm como função social a persuasão através de argumentos fortes e consistentes, como os editoriais, os discursos políticos ou mesmo uma simples conversa entre amigos que divergem as opiniões. Com isso, é importante que os interlocutores estejam atentos às estratégias argumentativas que seus locutores utilizam para que haja sintonia entre os interagentes e que não haja ruídos na comunicação. Uma dessas estratégias de argumentação é a concessão. As estruturas concessivas são bem aceitas entre os falantes, pois não rejeitam, à primeira vista, a opinião do outro. Ou seja, a produção de construções concessivas é uma forma de rejeição à opinião do locutor, concedendo-lhe razão, sendo, portanto, uma opção que o usuário da língua possui no momento em que deseja expressar seu posicionamento contrário àquele já exposto. Assim, para que o aluno desenvolva competência linguística nos diferentes registros, é necessário que ele seja apresentado a outras estruturas concessivas possíveis da língua. Enfim, seguindo uma abordagem sistêmico-funcional, que se caracteriza por descrever a língua em situações reais de uso, o tema deste trabalho está relacionado a essas opções a que os usuários têm acesso e que, geralmente, não são encontradas nos manuais gramaticais, apesar de serem usadas pelos falantes. Dessa forma, o principal objetivo deste trabalho é apresentar algumas estruturas concessivas que vão além do que a gramática normativa prescreve, observando como o falante brasileiro refuta a opinião alheia através da concessão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de língua portuguesa; construções concessivas; Linguística Sistêmico-funcional.

### **Introdução**

Muitos gêneros textuais têm como função social a persuasão por meio de argumentos que convençam o leitor de uma tese, como os editoriais e os artigos de opinião. Com isso, é importante que os interlocutores estejam atentos às estratégias

---

1 (UFF / UERJ), Instituto de Letras. Estrada Rodrigues Caldas, 2055, bloco 09, apartamento 205 / Taquara. CEP: 22713-374 - Rio de Janeiro / RJ - Brasil. [castro.thamara@yahoo.com.br](mailto:castro.thamara@yahoo.com.br).

argumentativas que seus locutores utilizam para que haja sintonia entre os interagentes e para que não haja ruídos na comunicação.

Uma dessas estratégias de argumentação é a concessão. As estruturas concessivas são bem aceitas entre os falantes, pois não rejeitam imediatamente a opinião do outro. Há uma tomada de posição por parte do interlocutor a partir de algo já mencionado pelo locutor. De acordo com Gouvêa (2002), na interação a seguir:

E1: O tempo está bom hoje [logo você deve sair].

L: Embora o tempo esteja bom hoje (E1), estou cansado (E2) [logo não devo sair].

O locutor faz surgir uma outra voz que não a sua e cuja legitimidade ele reconhece, concedendo-lhe, portanto, razão. Ele reconhece que o fato de o tempo estar bom é “uma boa razão para sair” (tese de E1), entretanto apresenta um motivo mais forte ainda “para não sair” (tese de E2), que é o fato de estar cansado. [grifos do autor]

Ou seja, a produção de construções concessivas é uma forma de rejeição à opinião do locutor, concedendo-lhe razão, sendo, portanto, uma opção que o usuário da língua possui no momento em que deseja expressar seu posicionamento contrário àquele já exposto. Assim, para que o aluno amplie sua competência linguística nos diferentes registros, é necessário que ele seja apresentado a outras estruturas concessivas possíveis da língua.

Enfim, seguindo uma abordagem sistêmico-funcional, que se caracteriza por descrever a língua em situações reais de uso, o tema deste trabalho está relacionado a essas opções a que os usuários têm acesso e que, geralmente, não são encontradas nos manuais gramaticais, apesar de serem usadas pelos falantes. Dessa forma, o principal objetivo deste trabalho é apresentar algumas estruturas concessivas que vão além do que a gramática normativa prescreve, observando como o brasileiro refuta a opinião alheia por meio da concessão.

Assim, é preciso que o aluno tenha acesso às diversas possibilidades lexicogramaticais para que a escolha seja adequada aos contextos cultural e situacional de interação, para conceder de forma adequada à situação comunicativa.

## **Fundamentação teórica**

Esta sessão tratará da base teórica que fundamenta a pesquisa e de conceitos que ajudarão na análise do *corpus*. Como fundamentação teórica, utilizaremos a Teoria Funcionalista da Linguagem (Neves, 1997) e a Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1994; Gouveia, 2009).

### **A teoria funcionalista da linguagem**

A teoria funcionalista da linguagem aparece em meados do século XX como uma forma de reação aos estudos formalistas desenvolvidos até então. Existem diferentes modelos de funcionalismo, apesar disso todos têm uma base em comum, que é o fato de considerarem a língua como algo indissociável do meio externo, levando em conta todos os aspectos relacionados à situação comunicativa.

Na perspectiva funcionalista, porém, não se considera que uma descrição da estrutura da sentença seja suficiente para determinar o som e o significado da expressão linguística, entendendo-se que a descrição completa precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e seu estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente. (Neves, 1997:23)

A partir disso, pode-se perceber que, para o paradigma funcionalista, a língua não é um fenômeno autônomo e isolado, mas sim um fenômeno que só existe em situações reais de comunicação, ou seja, ela é um instrumento de interação social cuja principal função é estabelecer comunicação entre os usuários. “Na verdade, a gramática funcional tem sempre em consideração o uso das expressões linguísticas na interação verbal, o que pressupõe uma certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo linguístico.” (Neves, 1997:16)

Dentro dessa perspectiva, a pragmática torna-se o elemento que abrange a semântica e a sintaxe; neste sistema, a sintaxe serve de instrumento à semântica, que serve de instrumento à pragmática, não havendo lugar para uma sintaxe autônoma, como defende o paradigma formalista.

Isso implica outro aspecto do modelo funcionalista: as gramáticas funcionais são paradigmáticas, ou seja, interpretam a língua como uma rede de relações e as estruturas são a realização dessas relações. Nas palavras de Halliday, “em uma gramática funcional (...) uma língua é interpretada como um sistema de significados, acompanhados de formas através das quais os significados podem ser realizados.” (Halliday, 1994, xiv.) [tradução livre].<sup>2</sup>

Assim, o paradigma funcional surge como uma alternativa para se aliar contexto social à estrutura gramatical, o que foi ignorado pelo paradigma formalista, que tomava o sistema linguístico como algo autônomo e isolado de fatores externos.

### **A linguística sistêmico-funcional**

A linguística sistêmico-funcional (LSF) foi desenvolvida em meados do século XX por estudiosos das Universidades de Sydney e Macquarie, na Austrália (Gouveia, 2009), sendo seu principal representante Michael Alexander Kirkwood Halliday. Halliday questionava-se sobre a natureza da língua e acreditava que “A natureza da língua está intimamente relacionada com as necessidades que lhe impomos, com as funções que deve servir” e que “(...) todos nós usamos a língua como um meio de organizarmos outras pessoas e determinarmos os seus comportamentos.” (Gouveia, 2009:14).

Nas palavras de Gouveia (2009:14):

A Linguística Sistêmico-Funcional (...) corresponde a uma teoria geral do funcionamento da linguagem humana, concebida a partir de uma abordagem descritiva baseada no uso linguístico. Em concreto, trata-se de uma teoria de descrição gramatical, uma construção teórico-descritiva coerente que fornece descrições plausíveis sobre o como e o porquê de a língua variar em função de e em relação com grupos de falantes e contextos de uso. Mas, para além de ser uma teoria de descrição gramatical, razão pela qual adquire muitas vezes a designação mais restrita de Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), ela fornece também instrumentos de descrição, uma técnica e uma metalinguagem que são úteis para a análise de textos, (...).

---

<sup>2</sup> “In a functional grammar, (...) A language is interpreted as a system of meanings, accompanied by forms through which the meanings can be realized.” (Halliday, 1994)

Ou seja, a LSF é uma teoria que estuda a linguagem em uso, por isso pode-se dizer que é uma teoria exotrópica, pois extrapola os limites do objeto de estudo, considerando o contexto em que está inserido, partindo do princípio de que o sistema linguístico é aberto e dinâmico.

Além disso, a palavra **sistêmica** está relacionada ao fato de a língua ser um sistema de possibilidades que podem ser usadas pelos falantes. A partir dos significados que o usuário quer expressar, ele determina suas escolhas, o que mostra que a LSF tem base paradigmática. “A consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, sob a ideia de que escolha produz significado.” (Neves, 1997:60).

“Sistema” é usado no sentido firthiano de paradigma funcional, mas é desenvolvido no construto formal de uma rede sistêmica, o que configura uma teoria da língua enquanto escolha. À interpretação funcionalista da linguística se acopla uma descrição sistêmica, na qual a gramática toma a forma de uma série de estruturas sistêmicas, cada estrutura representando as escolhas associadas com um tipo de constituinte. (Halliday, 1967:37, *Apud* Neves, 1997:59)

Com essa “rede de escolhas”, a língua se organiza para cumprir sua função<sup>3</sup> essencial, que é a interação social. Entretanto, para além dessa função, a linguagem ainda desempenha três funções fundamentais: expressar conteúdo, dando conta da experiência de mundo; estabelecer e manter relações sociais; e estabelecer relações entre as partes do enunciado e a situação em que estão inseridas (Gouveia, 2009). Essas funções são chamadas respectivamente de: ideacional, interpessoal e textual, que, na literatura da LSF, são denominadas **metafunções**, como explica Halliday (2004:31):

(...) toda a arquitectura da linguagem se organiza em linhas funcionais. A linguagem é como é por causa das funções em que se desenvolveu na espécie humana. O termo 'metafunção' foi adoptado para sugerir que função é um componente nuclear na totalidade da teoria. (*Apud* Gouveia, 2009:17) [grifo do autor]

---

3 “(...) função vai ser interpretada não somente como o uso da língua, mas também como uma propriedade fundamental da linguagem em si, algo que é básico para a evolução do sistema semântico” (Halliday, 1989:17) [tradução livre].

Halliday analisa a oração<sup>4</sup> em três instâncias que se relacionam diretamente com as três metafunções; são elas: oração como mensagem (metafunção textual), oração como troca (metafunção interpessoal) e oração como representação (metafunção ideacional). As orações e as funções que elas exercem são influenciadas principalmente por três noções que são fundamentais à LSF: contexto, gênero e registro, que serão abordadas na próxima sessão.

### **Contexto, gênero e registro**

Para a LSF, a noção de contexto é muito importante já que considera o sistema linguístico aberto, isto é, em constante relação entre si e com o mundo externo, diferente da concepção formalista de sistema fechado e autônomo.

Assim, torna-se fundamental atentar-se ao fato de que a abordagem feita pela LSF é topo-base (*top down*), pois parte do contexto para chegar ao texto e à oração. Isso quer dizer que o aspecto contextual é realizado pelo conteúdo por meio da lexicogramática.

Halliday aponta dois contextos principais: o cultural e o situacional. O primeiro engloba o segundo, onde está contido o texto. Ao contexto cultural pertencem todos os aspectos históricos, sociais, políticos de uma sociedade. Já o situacional refere-se ao momento em que o texto é produzido. Dessa forma, os significados que queremos “fazer” ou transmitir, a partir do contexto em que a interação está inserida, ajudam a configurar os recursos linguísticos.

Ou seja, a relação entre a língua e os seus contextos de uso, ou dito de outra forma, a relação entre um texto e o seu contexto, é de tal forma motivada que, a partir de um contexto, será possível prever os significados que serão activados e as características linguísticas potenciais mais previsíveis para as codificar em texto. Da mesma forma, dado um texto, será possível deduzir o contexto em que o mesmo foi produzido, porquanto as características linguísticas seleccionadas num texto codificarão dimensões contextuais, tanto do contexto de produção imediato, situacional – quem diz o quê, a quem, por

---

4 “unidade principal de processamento da lexicogramática, porque é nela que os significados são mapeados numa estrutura gramatical integrada.” (Halliday, 2004:10, *Apud*, Gouveia, 2009:20)

exemplo – como do contexto mais geral, cultural – que tarefa está o texto a desempenhar na cultura. (Gouveia, 2009:25-26)

Esses níveis contextuais cultural e situacional relacionam-se às noções de gênero e registro, respectivamente. O gênero e o registro são duas dimensões de variação entre os textos; eles permitem identificar como e por que os textos são diferentes.

Os gêneros estão relacionados às atividades culturais desenvolvidas em determinada sociedade; cada gênero possui um objetivo diferente, o que faz com que os interlocutores se apropriem da linguagem como forma de atingi-lo. “Os gêneros são modos diferentes de usar a língua para realizar tarefas culturalmente estabelecidas também diferentes (...)” (Gouveia, 2009:28).

É interessante acrescentar a essa noção de propósito ou finalidade do gênero a noção de registro, que está ligado, como já foi dito, ao contexto situacional. Isto significa dizer que o registro é a variação que ocorre de acordo com o uso, ou seja, utilizar certas estruturas dependerá do contexto em que está inserido determinado texto.

O registro é caracterizado por três dimensões: o campo (*field*), as relações (*tenor*) e o modo (*mode*); estas dimensões estão associadas às três metafunções (ideacional, interpessoal e textual). O campo é a variável relativa à codificação da experiência, determinando os significados ideacionais; a variável relações está ligada aos participantes da interação, determinando os significados interpessoais; e o modo é a variável que configura como a linguagem funciona, determinando os significados textuais.

Todos esses níveis influenciarão na escolha do usuário por uma e não outra estrutura linguística, o que faz com que cada alteração represente um valor semântico diferente, mostrando que tal alteração foi motivada por algum desses fatores tidos como “extralinguísticos”.

Na próxima sessão, apresentaremos uma análise de algumas estruturas concessivas em relação à construção da argumentação de um artigo de opinião à luz da Linguística Sistêmico-Funcional.

## **As construções concessivas em análise**

Analisando o artigo de opinião escrito pelo jornalista Guilherme Fiuza, observamos que sua tese é defendida por uma série de ironias que vão sendo construídas ao longo do texto. A começar pelo título ***Petrolão para todos***, temos uma amostra do que será defendido no texto. O autor, ironicamente, constrói sua tese de que os brasileiros que votam pela reeleição da presidente pensam que receberão alguma parte do dinheiro desviado dos royalties do petróleo. Essa tese é reafirmada no subtítulo do artigo: ***Se o esquema irrigou tantos companheiros nos últimos 12 anos, imagine no pré-sal. Ninguém mais vai precisar trabalhar.***

A noção de concessão aparece de diferentes formas neste artigo. Como, para o jornalista, é inacreditável a reeleição da presidente, ele apresenta diversos argumentos que levam o leitor a crer que sua tese, apesar de absurda, é a única maneira de se entender o cenário político brasileiro.

Primeiramente, a concessão aparece textualmente representada por uma estrutura tradicionalmente classificada como proporcional:

1. ***Quanto mais*** apodrece o escândalo da Petrobras, ***mais*** Dilma se recupera nas pesquisas. *Será que o eleitor está querendo virar sócio do petrolão?*

A ideia da proporcionalidade é importante para garantir o tom de absurdo e de improbabilidade que se estabelece entre as duas orações. Entretanto, não se pode negar que a concessão perpassa esse enunciado pela tese irônica que é defendida no texto, que é reafirmada pela pergunta retórica que finaliza o trecho destacado: *Será que o eleitor está querendo virar sócio do petrolão?*

O autor utiliza elementos lexicogramaticais para representar a proporção, porém o contexto de produção, influenciado pelos contextos cultural e situacional, apresenta ao leitor a ideia da concessão, o que fortalece a tese defendida pelo jornalista. Como mencionam Fuzer & Cabral (2014:27):

*O texto* carrega aspectos do contexto em que foi produzido, dentro do qual seria, provavelmente, considerado apropriado. Texto e contexto estão inter-relacionados, de modo que o texto reflete influências do contexto em que é produzido (...). Ao mesmo tempo em que as dimensões contextuais delimitam e influenciam o que é dito e como é dito, a intenção com que é dito, os papéis

sociais assumidos pelos interactantes, dentre outros aspectos, também a forma como o texto está construído permite deduzirmos o contexto de sua produção.

Esse exemplo nos mostra que a relação de concessão pode aparecer representada por diferentes formas lexicogramaticais, não sendo necessária a utilização das conjunções ou locuções conjuntivas apresentadas nas gramáticas tradicionais como concessivas. O caminho discursivo traçado pelo autor do texto leva o leitor a perceber a noção da adversidade ou da concessão em vários momentos. Somente em um enunciado apresenta-se uma locução tradicionalmente classificada como concessiva:

**2. *Apesar da folha corrida do PT na arte de montar dossiês e traficar informações sobre adversários, o Brasil deixou por isso mesmo.***

Nesse enunciado, podemos observar claramente a divisão do complexo oracional em Tema e Rema. Segundo Halliday (2004:64):

O Tema é o elemento que serve de ponto de partida da mensagem; é o que localiza e orienta a oração dentro de seu contexto. O restante da mensagem, a parte em que o Tema é desenvolvido, é chamado pela terminologia da Escola de Praga de Rema. [tradução livre]<sup>5</sup>

O Tema desse enunciado é formado por uma oração concessiva, que traz em seu conteúdo um referencial cultural exofórico, pois, quando o autor utiliza a expressão *folha corrida*, ele se refere a casos de corrupção ocorridos no passado, os quais não são citados no texto, mas fazem parte do contexto cultural brasileiro, compartilhado com seu leitor. Como afirma Koch (2014:32)

(...) a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam suas percepções, seus saberes quer de ordem linguística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo. Estes, todavia, não são estáticos, (re)constróem-se tanto sincrônica como diacronicamente, dentro das diversas cenas enunciativas, de modo que, no momento em que se passa

---

5 (...) The Theme is the element which serves as point of departure of the message; it is that which locates and orients the clause within its context. The remainder of the message, the part in which the Theme is developed, is called in Prague school terminology the Rheme.

da língua ao discurso, torna-se necessário mobilizar conhecimentos – socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos –, bem como situar-se dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos.

O próximo enunciado apresenta outra forma de construir uma concessão: por meio de um sintagma adverbial:

3. *Apontou duas outras diretorias da Petrobras como centrais da trama, dando os nomes dos seus titulares — indicados, que surpresa, pela cúpula do PT. Isso em plena corrida presidencial. Então a candidata petista está ferida de morte, concluiria um marciano recém-chegado à Terra. Não, senhor marciano: **após o vazamento da delação**, a candidata do PT subiu nas pesquisas.*

Nesse trecho, o sintagma adverbial circunstancial de tempo carrega a noção de concessão devido ao contexto que se apresenta anteriormente, que é retomado por duas metáforas gramaticais: *vazamento* e *delação*. Segundo Sardinha (2007):

Metáfora gramatical é um termo usado na linguística sistêmico-funcional em referência ao uso de um recurso gramatical para exprimir uma função que não lhe é intrínseca. Por exemplo, quando usamos um substantivo no lugar de um verbo, (...), temos aí uma metáfora gramatical, pois a função direta ou ‘original’ do verbo (designar ações) passou a ser desempenhada por um substantivo (cuja função ‘original’ ou primeira pode ser entendida como dar nome a coisas ou seres) (...). [grifos do autor] (p. 45)

No enunciado citado, o jornalista utilizou duas nominalizações, transformando os verbos, *vazar* e *delatar* respectivamente, em nomes para referir-se ao contexto anteriormente mencionado. Em ambos os casos, tanto a oração concessiva (enunciado 2) quanto o sintagma adverbial (enunciado 3) funcionam como Tema da mensagem, entretanto, diferentemente do que acontece em 2 - em que o autor utiliza a referenciação para retomar um contexto cultural compartilhado com o leitor - no enunciado 3, o jornalista utiliza a metáfora gramatical como recurso linguístico para remeter-se ao próprio contexto de produção, a algo que está informado no texto.

Ainda há um enunciado em que a noção de concessão liga semanticamente dois períodos.

4. *A exemplo do mensalão, já se sabe que o petrolão contemplava a base aliada do governo popular. E quase 40% dos brasileiros estão dizendo que votarão exatamente na candidata desse governo lambuzado de petróleo roubado.*

Sintaticamente, os períodos estão ligados pela conjunção aditiva *E*, no entanto, semanticamente, o conteúdo expresso no primeiro período (*A exemplo do mensalão, já se sabe que o petrolão contemplava a base aliada do governo popular*) encerra a ideia de concessão quando seguido pela informação apresentada no período seguinte (*E quase 40% dos brasileiros estão dizendo que votarão exatamente na candidata desse governo lambuzado de petróleo roubado.*). Pode-se perceber que, no exemplo 4, a conjunção *E* marca uma relação de *extensão* com o conteúdo do período anterior e, apesar de ser tradicionalmente classificada como aditiva, nesse enunciado, introduz a noção da adversidade originada do contexto situacional apresentado.

Além disso, a disposição dos períodos faz com que se nivele a ênfase dada a ambos os conteúdos, o que não ocorreria caso o autor optasse por uma construção subordinada, pois, “quando grupos e sentenças são ligadas por meio da parataxe, é-lhes dado um mesmo status” (Halliday, 2004:489).

Essa análise nos leva a crer que:

As relações conjuntivas não são lógicas, mas sim textuais; elas representam os tipos gerais de conexões que nós reconhecemos como instrumentos de ligação entre orações. O que essas conexões são depende, como último recurso, dos significados que as orações expressam, e essencialmente esses são de dois tipos: experienciais, representando a interpretação linguística da experiência, e interpessoais, representando a participação na situação discursiva. (Halliday & Hasan, 2013:238) [tradução livre]<sup>6</sup>

Enfim, por meio dos exemplos apresentados, podemos perceber que há inúmeras estruturas linguísticas disponíveis ao usuário para que ele possa produzir e compreender um texto de forma adequada. O aluno deve entender o sistema linguístico como um meio para ele produzir textos que atendam aos seus objetivos e para ele tornar-se um leitor eficiente.

---

<sup>6</sup> The conjunctive relations are not logical but textual; they represent the generalized types of connection that we recognize as holding between sentences. What these connections are depends in the last resort on the meanings that sentences express, and essentially these are of two kinds: experiential, representing the linguistic interpretation of experience, and interpersonal, representing participation in the speech situation.

## **Considerações finais**

Neste trabalho, pudemos observar como o processo argumentativo e persuasivo pode ser construído por meio de estruturas concessivas sem a utilização das locuções ou conjunções prescritas pelas gramáticas tradicionais. Concordamos com Halliday quando ele:

(...) recusa as descrições meramente estruturais até então dominantes em linguística, elegendo o uso como marca fundamental de caracterização de uma língua e, conseqüentemente, da sua descrição. Nesse sentido, propõe [Halliday] que se olhe tanto para o sistema da língua como para as suas funções em simultâneo, a partir do princípio fundamental de que a forma particular assumida pelo sistema gramatical de uma língua está intimamente relacionada com as necessidades sociais e pessoais que a língua é chamada a servir. (Halliday, 1970:142, *Apud* Gouveia, 2009:15)

Primeiramente, apresentamos nossa fundamentação teórica baseada na Linguística Sistêmico-Funcional de Michael Halliday, mencionando alguns conceitos importantes à nossa pesquisa, como o de *metafunções* e os de *contexto*, *gênero* e *registro*.

Posteriormente, analisamos um artigo de opinião publicado em um jornal *online* em que observamos as diferentes estruturas concessivas utilizadas pelo autor para defender sua tese, o que contribui para sua argumentação e para o caminho persuasivo que será trilhado pelo leitor.

Essas diferentes estratégias utilizadas pelo escritor podem ajudar o leitor a compreender de forma adequada a tese defendida e a percepção dessas estratégias pelos alunos da Escola Básica contribui para o aprimoramento de sua leitura e de sua própria produção textual, ampliando seus conhecimentos acerca da língua.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Dutra, Vania L. R. 2007. *Relações conjuntivas causais no texto argumentativo*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UERJ.

Gouvêa, L. H. M. 2002. *Perspectivas argumentativas pela concessão em sentenças judiciais*. 2002. 280 fl. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) Setor de Língua Portuguesa, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Gouveia, Carlos A. 2009. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun.

\_\_\_\_\_. 2009. Escrita e ensino: para além da gramática, com a gramática. *Delta*, Rio de Janeiro, v. 25: especial, out.

Halliday, Michael. A. K. 2002. *An introduction to functional Grammar*. 2ª ed. London: Edward Arnold.

Halliday, M. A. K & Hasan, R. 2013. *Cohesion in English*. London: Longman.

\_\_\_\_\_. 1989. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press.

Koch, Ingedore Villaça. 2014. *As tramas do texto*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.

Neves, Maria Helena de Moura. 1997. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

Sardinha, Tony Berber. 2007. *Metáfora*. São Paulo: Parábola.

## **Anexo**

### **PETROLÃO PARA TODOS**

**Se o esquema irrigou tantos companheiros nos últimos 12 anos, imagine no pré-sal. Ninguém mais vai precisar trabalhar**

Dilma sobe nas pesquisas, a bolsa despencou, e lá vêm os gigolôs da bondade denunciar a trama capitalista contra o governo do povo. Mas o que dizer então da bolsa eleitoral? Quanto mais apodrece o escândalo da Petrobras, mais Dilma se recupera nas pesquisas. Será que o eleitor está querendo virar sócio do petrolão?

Só pode ser. O espetáculo da orgia na maior empresa brasileira chegou ao auge com a delação premiada do ex-diretor Paulo Roberto Costa. Em ação raríssima entre os oprimidos profissionais, o réu decidiu abrir o bico. Talvez tenha aprendido com a maldição de Valério — que demorou a soltar a língua, e de repente a quadrilha (desculpe, ministro Barroso) já estava em cana. E seu silêncio não valia mais nada. Diferentemente do operador do mensalão, o despachante do petrolão não quer mofar. E saiu entregando os comparsas.

Apontou duas outras diretorias da Petrobras como centrais da trama, dando os nomes dos seus titulares — indicados, que surpresa, pela cúpula do PT. Isso em plena corrida presidencial. Então a candidata petista está ferida de morte, concluiria um marciano recém-chegado à Terra. Não, senhor marciano: após o vazamento da delação, a candidata do PT subiu nas pesquisas.

Ora, não resta outra conclusão possível: o eleitor quer entrar na farrá do petrolão. Está vendo quantos aliados de Dilma encheram os bolsos com o duto aberto na Petrobras, e deve estar achando que alguma hora vai sobrar um qualquer para ele. É compreensível. Se o esquema irrigou tantos companheiros nos últimos 12 anos, imagine quando a prospecção chegar ao pré-sal. Ninguém mais vai precisar trabalhar (a não ser os reacionários que não cultivarem as relações certas).

É o show da brasilidade. O operador do petrolão é colocado no cargo no segundo ano do governo Lula, indicado por um amigo do rei já lambuzado pelo mensalão. No tal cargo — a Diretoria de Abastecimento da Petrobras —, ele centraliza um esquema bilionário de corrupção, que floresce viçoso à sombra de três mandatos petistas. A exemplo do mensalão, já se sabe que o petrolão contemplava a base aliada do governo popular. E quase 40% dos brasileiros estão dizendo que votarão exatamente na candidata desse governo lambuzado de petróleo roubado.

Mas os progressistas continuam sentenciando, triunfais: o Brasil jamais será o mesmo depois das manifestações de junho de 2013. Nesse Brasil revolucionário, cheio de cidadãos incendiados de bravura cívica, a CPI da Petrobras, coitada, agoniza em praça pública. Sobrevive a cada semana, a duras penas, com mais um par de manchetes da imprensa burguesa e golpista, que insiste em sabotar o programa do PT (Petrolão para Todos). Tudo em vão. Com uma opinião pública dessas, talvez os companheiros possam até desistir do seu plano chavista de controle da imprensa: o assalto à Petrobras não faz nem cócegas no cenário eleitoral. Contando, ninguém acredita.

O marciano está tonto. Pergunta, angustiado, que fim levou o escândalo da Wikipédia. Tinham dito a ele que dois jornalistas influentes — da teimosa parcela dos que não se venderam ao governo popular — tiveram seus perfis adulterados com graves difamações, e que isso fora feito de dentro do Palácio do Planalto. Agora informam-no que o selvagem da Wikipédia, outra surpresa, é filiado ao PT. E funcionário do Ministério das Relações Institucionais de Dilma. O inocente ser de Marte pergunta, já com falta de ar, o que a presidente da República está fazendo para provar que o espião não está seguindo diretrizes da cúpula do governo.

A resposta faz o marciano desmaiar: nada. Dilma Rousseff não precisou fazer absolutamente nada para provar que o criminoso palaciano não seguiu ordens superiores. Apesar da folha corrida do PT na arte de montar dossiês e traficar informações sobre adversários, o Brasil deixou por isso mesmo. Como também tinha deixado a combinação de perguntas e respostas na CPI da Petrobras, com participação do mesmo Ministério das Relações Institucionais. Nem uma passeata, nem uma ruazinha fechada, nem um cartaz, nem uma queixa no Twitter. Os brasileiros abençoaram a guerra suja do PT para ficar no poder.

O Brasil está louco para virar Argentina. Assistiu chupando dedo à tentativa de golpe no IBGE, com a tentativa de interrupção da pesquisa de emprego. Agora o mesmo IBGE, de forma inédita, apresenta seus indicadores anuais e desmente os dados no dia seguinte. Como até o marciano sabe, a companheira Kirchner adestrou o IBGE de lá, que passou a fazer música para os ouvidos do governo. O PT segue firme nessa escola, com sua já famosa maquiagem contábil, que acaba de raspar o Fundo Soberano para ajudar a fechar a conta da farra.

O eleitor está certo: vamos reeleger Dilma. Assim chegará o dia em que não apenas a elite vermelha, mas todo brasileiro terá direito à propina própria. Chega de desigualdade.

*Guilherme Fiuza é jornalista*

